

# Impacto da atividade turística nas receitas públicas municipais: o caso de Aruanã – Goiás (Brasil)<sup>1</sup>

*Tadeu Alencar Arrais*

da Universidade Federal de Goiás – Goiás – Brasil  
tadeuarrais@ibest.com.br

*Bruno Carneiro de Oliveira*

da Universidade Federal de Goiás – Goiás – Brasil  
bcarneirodeoliveira@gmail.com

*Onofre Aurélio Neto*

da Universidade Federal de Goiás – Goiás – Brasil  
opan.neto@yahoo.com.br

---

**Resumo:** É comum associar o desempenho das receitas públicas municipais ao tipo de atividade econômica desenvolvida no município, exemplo que se aplica a aqueles com perfil turístico. No caso de Aruanã, conforme atestado na pesquisa, essa perspectiva não foi comprovada por dois motivos em especial: o primeiro é a alta informalidade que envolve essa atividade e o segundo a ausência de instrumentos tributários que favoreçam o aumento das receitas.

**Palavras-chave:** Receitas públicas, turismo, informalidade.

---

## DEFINIÇÃO DO QUADRO CONCEITUAL

A compreensão da forma de organização das receitas públicas municipais e da capilaridade econômica da atividade turística, no quadro de definição conceitual, é fundamental para essa pesquisa. A receita pública municipal – compreendida como o conjunto de receitas financeiras que permitem aos governos municipais investir em infraestrutura, custeio da folha de pagamento e serviços públicos, entre outras despesas –, origina-se das transferências de recursos públicos federais e estaduais e na geração de receitas tributárias.

---

<sup>1</sup> Resultado parcial de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), edital 08/2010.

Transferências constitucionais	Federais	FPM (Fundo de Participação dos Municípios)
		CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)
		ITR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural)
	Estaduais	ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)
IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos)		
Receita tributária municipal	IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial Territorial Urbana)	
	ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)	
	ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis)	

Figura 01: Origem das principais receitas públicas do executivo municipal.

Dada à disparidade demográfica, que acompanha, de certo modo, a diversidade das atividades econômicas, o conjunto das receitas públicas municipais se apresenta de forma distinta para os municípios brasileiros. As transferências federais e estaduais, como indica Bremaeker (2011), são mais expressivas nos municípios menos populosos. As receitas tributárias, dado o processo de burocratização das administrações municipais e da dinâmica de uso e ocupação do solo nas áreas urbanas, são mais expressivas, proporcionalmente, nos municípios mais povoados. A título de exemplo, segundo dados do TCM-GO (2013), as receitas tributárias representaram, em 2012, 29,04% do total das receitas públicas do município de Goiânia, com população estimada em 1.393.575 habitantes, no mesmo ano. Já o município de Britânia, com população de 5.724 habitantes, em 2012, a participação dessas receitas foi de 5,41%.<sup>2</sup>

A relação entre as receitas públicas municipais e a atividade turística não tem sido foco frequente de estudos. Em parte, isso se deve ao peso da atividade turística nas receitas públicas municipais ocorrer em virtude da funcionalidade das atividades econômicas, com efeito indireto nas finanças do executivo municipal. Com isso, salientamos que não há uma tradição de tributação direta da atividade turística que reverbere nas receitas públicas municipais, salvo algumas taxas e políticas específicas de financiamento governamental por meio de convênios interinstitucionais.

Em relação aos impactos da atividade turística na economia, os estudos mais comuns são aqueles que vertem para a caracterização do mercado de trabalho na cadeia produtiva do turismo, como podemos observar em Carvalho (2012), ou mesmo aqueles que mensuram o impacto da arrecadação de tributos nas chamadas Atividades Características do Turismo (ACTs), assunto presente nos frequentes estudos do Observatório de Turismo do Estado de Goiás (IPTur-Goiás, 2012).

<sup>2</sup> Para uma compreensão detalhada das finanças públicas municipais, consultar Rezende (2012).

Considerando a perspectiva de análise adotada, importa para esta pesquisa explorar os impactos da atividade turística nas finanças municipais a partir da análise das receitas tributárias provenientes do IPTU, do ISSQN e do ITBI, conforme consta na figura 01. Ao considerar a participação dessas receitas tributárias no conjunto das receitas públicas municipais, verificamos uma diferenciação nas áreas com forte estruturação da atividade turística. Em Caldas Novas e Rio Quente, por exemplo, as receitas tributárias, em 2012, representaram 25,52% e 32% do total das receitas públicas municipais (TCM, 2013). Isso se justifica pelo efeito indireto da atividade nas tributações, como as taxações do setor de serviços que derivam da atividade e da cobrança do IPTU, em virtude do número total de domicílios particulares, sejam ocasionais ou não. Também se registra, nessas localidades, a maior participação nas negociações imobiliárias e fundiárias, que influenciam na participação relativa do ITBI.

Para além dessas constatações que resultam de pesquisa secundária, também realizamos inquéritos com o propósito de dimensionar o conjunto de atividades ligadas ao turismo, quais se encontram, de alguma forma, fora do alcance da tributação municipal. Apontamos, como exemplo, as locações de domicílios, meios de hospedagem, comércio e serviços marcados pela informalidade, característica que particulariza a atividade turística no município de Aruanã.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

Para atender os objetivos da pesquisa, quer seja, o de analisar os impactos da atividade turística para as receitas públicas municipais no município de Aruanã, adotamos procedimentos metodológicos que podem ser divididos em quatro etapas. A *primeira etapa* consistiu em pesquisa de dados secundários, com foco na coleta de informações sobre as receitas públicas municipais. O objetivo foi aferir a participação dos grupos de receitas (transferências federais e estaduais e receitas tributárias) no total das receitas públicas municipais, considerando as variações mensais para o ano de 2013.

Na *segunda etapa*, realizada entre os dias 25, 26 e 27 de julho de 2013, foram aplicados questionários nos segmentos de hotelaria, comércio, serviços e acampamentos no município de Aruanã.<sup>3</sup> Nessa etapa também realizamos entrevistas com o Secretário Municipal de Finanças e a Secretaria Municipal de Turismo.

---

<sup>3</sup> Apesar de terem como referência Aruanã, por utilizarem de serviços ou mesmo das rodovias e ruas da cidade para acesso ao rio Araguaia, a maioria dos acampamentos entrevistados se localizam, oficialmente, no município de Britânia ou em Mato Grosso.

Tipo		Objetivos
Comércio/serviços		Caracterizar o consumo de bens e serviços no período de temporada
Meios de hospedagem	Hotéis / pousadas	Mensurar período de maior ocupação, destacando o fluxo de renda e a informalidade do segmento
	Acampamentos	Caracterizar os acampamentos e mensurar o consumo diário e a origem dos bens de consumo
	Locação	Mensurar o fluxo de renda a partir do valor dos aluguéis, destacando a centralização da renda no município de domicílio do proprietário

Figura 02: Síntese dos instrumentos de coleta de dados.

A *terceira etapa* consistiu no cadastramento de meios de hospedagem para locação, o que permitiu inferir sobre a drenagem da renda obtida nesse segmento para Goiânia. Na *quarta etapa* procedemos à manipulação e mapeamento dos dados. A escolha dos instrumentos, bem como dos setores para aplicação, guarda relação com a possibilidade de utilização dessas atividades para aferir receita por meio de tributação, especialmente no período de temporada, para o governo municipal.

## CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Aruanã, que dista 312 km de Goiânia, é um dos nove municípios da microrregião do Rio Vermelho. A extensão territorial do município é de 3.050,306 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 2,46 hab./km<sup>2</sup>, em 2010, e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,675 (Brasil, 2013). Conhecido como o “Portal do Vale do Araguaia”, o município apresenta a segunda maior extensão linear limítrofe com o rio Araguaia, com aproximadamente 113 quilômetros. O sítio municipal é particularizado pelas características hidrológicas e geomorfológicas que favoreceram, historicamente, o desenvolvimento da pecuária extensiva.<sup>4</sup>

O município segue a tendência de redução da população no espaço rural. Nas últimas décadas, conforme dados censitários do IBGE, Aruanã registrou maior acréscimo de população no perímetro urbano. No intervalo entre 1980 e 2010, a população rural passou de 5.527 habitantes para 1.318 habitantes.

<sup>4</sup> O povoamento de Aruanã surgiu na metade do século XIX a partir do presídio de Santa Leopoldina, sendo emancipado do município de Goiás em 1958. Para uma leitura da região associada à pecuária, consultar Barreira (1997) e para uma compreensão da urbanização regional consultar Teixeira Neto (2002).

População	1970	1980		1991		2000		2010	
	Absoluta	Absoluta	TCG* 1970-1980	Absoluta	TCG 1980-1991	Absoluta	TCG 1991-2000	Absoluta	TCG 2000-2010
Urbana	726	1.766	9,30	3.580	6,63	3.880	0,90	6.178	4,76
Rural	4.052	5.527	3,15	1.329	-12,15	1.215	-0,99	1.318	0,82
Total	4.778	7.293	4,32	4.909	-3,53	5.095	0,41	7.496	3,94

\* Taxa de crescimento geométrico.

Figura 03: Evolução populacional do município de Aruanã.

Fonte: Brasil, IBGE. Censo demográfico, 1970, 1980, 1991 e 2010.

Entre 1980 e 1991, devido a redução da população rural, o município registrou uma taxa de crescimento geométrica negativa. Na última década (2000-2010), o incremento anual foi de 3,94, com destaque para o aumento da população urbana. O município de Aruanã está inserido, do ponto de vista da rede urbana, em um conjunto de municípios com população abaixo de 10.000 habitantes e influência regional limitada, uma vez que as demandas por serviços especializados na área de saúde e educação, por exemplo, são drenadas para outros municípios, como Goiânia. A figura 03 ilustra o perfil demográfico do município, onde se nota a concentração populacional, sobretudo a partir da década de 1990, na área urbana. As estimativas para 2012 e 2013 foram de 7.889 e 8.335 habitantes, respectivamente. Entretanto, o perfil demográfico não é o responsável pela visibilidade do município, mas sim a atividade turística marcada pela sazonalidade.

Nesse sentido, a infraestrutura rodoviária apresenta papel marcante nesse processo, especialmente ao que concerne a ligação entre Aruanã e os municípios da Região Metropolitana de Goiânia, local de origem da maior parte dos turistas que visitam anualmente o município.

Apesar de ser possível imaginar que o turismo, especialmente para quem observa as atividades entre os meses de junho a agosto, exerça protagonismo na economia municipal, é a agropecuária o segmento econômico de maior expressão em Aruanã. Em 2012, o município possuía um efetivo de 262.000 cabeças de gado (Brasil, 2012), acompanhando a mesma lógica existente na região adjetiva de Região da Estrada do Boi. Considerando o PIB, o destaque foi para o setor de serviços, o que inclui a administração pública, seguida da agropecuária. Observando os empregos formais, forte indicador do fluxo de renda no município, o setor agropecuário, em 2011, respondeu por 43,29% dos empregos formais e a administração pública por 36,64% (MTE, 2011).

Em relação aos estoques de emprego, nota-se que as ocupações relacionadas ao turismo não encontram referência alguma nos indicadores do Ministério do Trabalho para o ano de 2011. Na verdade, do ponto de vista global, a estrutura econômica do município de Aruanã reproduz a mesma realidade dos municípios goianos com perfil demográfico semelhante, ou seja, uma forte presença do setor agropecuário aliado à presença do setor público como empregador e indutor da economia municipal.

Considerando o turismo goiano o município faz parte do circuito denominado *Caminho do Sol*, que abrange desde o Parque Nacional das Emas, no sudoeste goiano, até Luís Alves (distrito de São Miguel do Araguaia), já na divisa com o Estado do Tocantins.<sup>5</sup> Aruanã está inserido nos segmento turístico de ecoturismo, pesca e náutico, como apontado pela Agência Estadual de Turismo (GOIÁS, 2013). Nesse sentido, o objeto turístico desse circuito, conceito consolidado por Almeida (1998), é o rio Araguaia que proporciona condições naturais para a difusão das atividades de lazer.

---

<sup>5</sup> Para uma descrição do turismo goiano pela classificação dos *Caminhos*, consultar documento da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás do ano de 2004, disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim/pub/GoDados/2004/dados/05-tourism.htm>. Acesso em 31/10/2013.

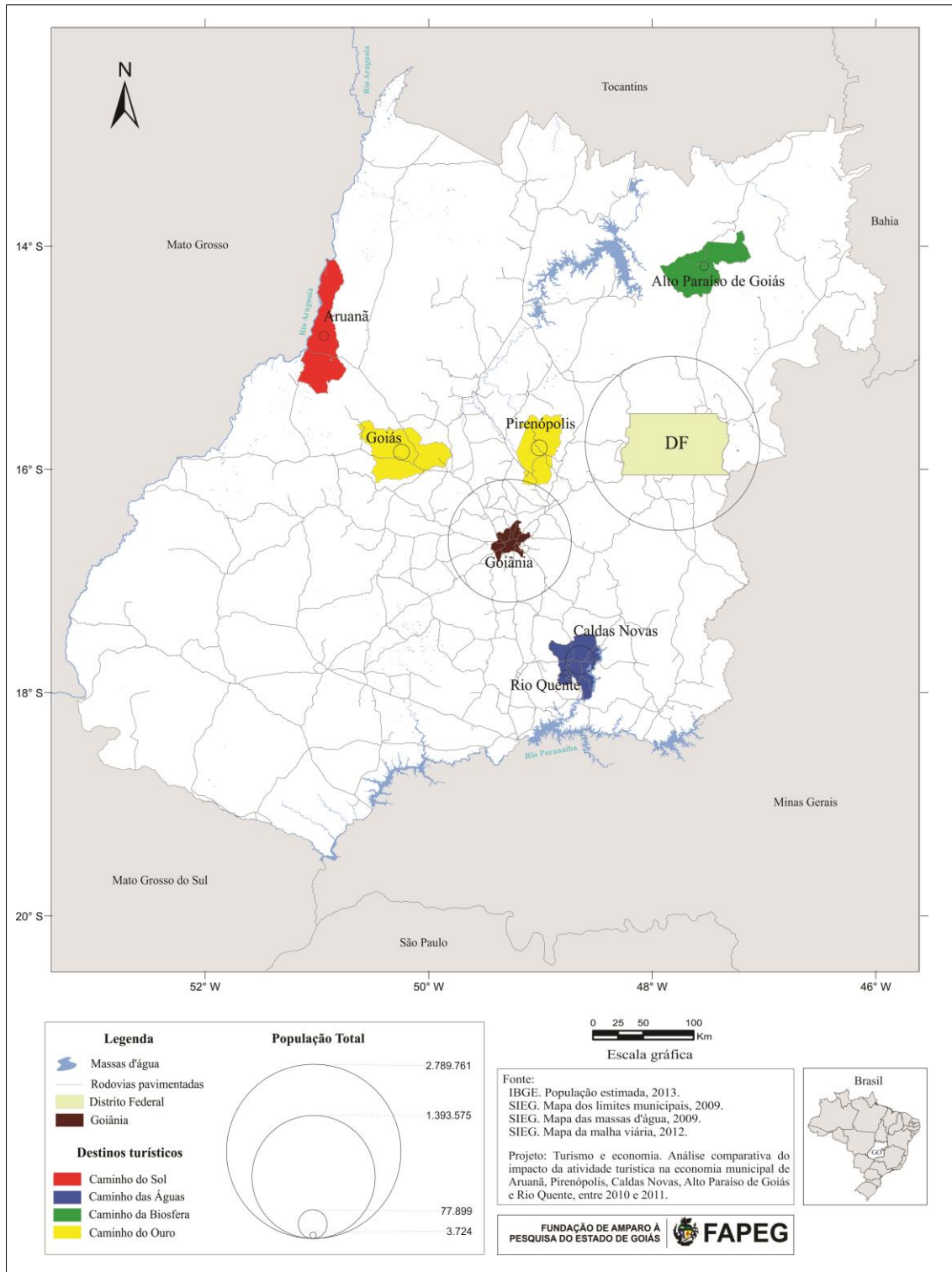


Figura 05 – Localização de Aruanã e municípios turísticos.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### a) *Receitas públicas municipais*

A estrutura das receitas públicas municipais do município de Aruanã, em certa medida, segue aquela de municípios de perfil demográfico semelhante, mesmo considerando a sazonalidade da atividade turística que se concentra nos meses de junho, julho e agosto. Entre outubro de 2012 e setembro de 2013, a maior participação das receitas foi das transferências estaduais, com o ICMS representando 56,87% e o FPM 19,92% do total das receitas municipais. As receitas originárias do IPTU, ITBI e ISSQN, no mesmo período, representaram 9,24% do total das receitas públicas municipais.

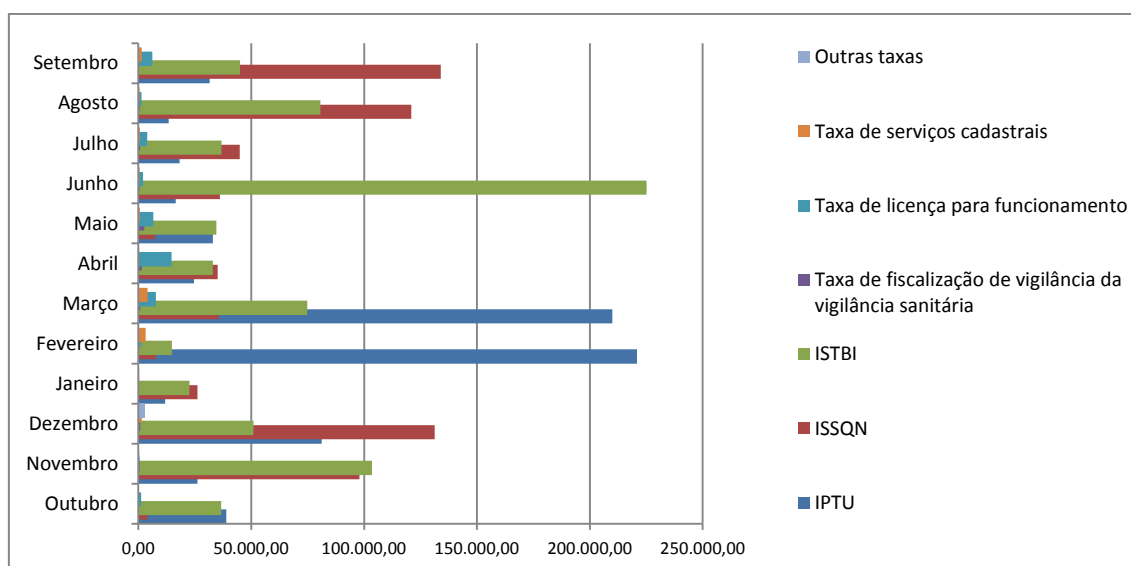


Figura 06: Distribuição das receitas tributárias do município de Aruanã, entre outubro de 2012 a setembro de 2013. Fonte: TCM (2013).

Analisando as receitas tributárias durante o período selecionado, observamos pequenas variações. A receita do IPTU é mais expressiva, como ocorre tradicionalmente em outros municípios, nos meses de fevereiro, março e dezembro, correspondendo, no período analisado, a 32,45% das receitas tributárias. O ITBI foi a mais expressiva das receitas tributárias, correspondendo a 33,90%. Sua variação mensal esta relacionada a movimentação do mercado imobiliário rural e urbano, fator que independe do calendário turístico. Já o ISSQN, que representou 30,45% das receitas tributárias, obteve maior participação nos meses agosto, setembro e dezembro, fato que pode ser influenciado pelas atividades turísticas, mas também pela cobrança dos



serviços de empresas que realizam, no município, obras licitadas pelo governo estadual e municipal, uma vez que o imposto é recolhido na base de realização do serviço. No montante das receitas tributárias, ainda estão incluídas as diversas taxas, conforme indicado no Código Tributário Municipal (Aruanã, 2009). O total das taxas, no período, foi de R\$ 71.155,02, sendo que as taxas de licença para funcionalmente representaram 64,40% do total das taxas. Os meses com maiores participação das taxas foram abril e maio.

Considerando a variação mensal do total das receitas públicas municipais, os meses de maio, junho, julho e agosto de 2013 registraram, respectivamente, R\$ 1.293.371,54, R\$ 1.424.845,36, R\$ 1.398.439,45 e R\$ 1.283.519,55. Os meses de novembro e dezembro de 2012 registraram R\$ 2.053.196,96 e R\$ 4.834.151,24, respectivamente. Correlacionando, portanto, o desempenho mensal das receitas com a temporada do rio Araguaia, nos meses de maio, junho e julho, observamos pouca influência da atividade turística no montante das receitas públicas municipais. É certo que a influência ocorreria, especialmente em relação às receitas tributárias, algo que não foi comprovado a partir da análise dos dados secundários.

#### *b) Comércio e serviços*

Quem visita Aruanã no período de temporada, especialmente no mês de julho, observará pouca semelhança com a paisagem urbana dos meses anteriores. A população flutuante aumenta na proporção que o volume de água abaixa e as praias emergem. Ao passo que esse movimento se completa, uma população flutuante de turistas, vendedores ambulantes, bombeiros, pescadores, prestadores de serviços temporários, barqueiros, preenchem uma paisagem visual e sonora que nada lembra a pacata área central de Aruanã na maior parte do ano.

A pesquisa constatou que em 39 dos 70 estabelecimentos da amostra ocorreu aumento de vendas entre 60% e 100%, em relação aos períodos que antecedem a temporada. Entre os setores que declaram maior aumento estão o de alimentação e bebidas. Em relação a este último segmento, registramos o entusiasmo dos distribuidores de bebidas, o que resulta do alto consumo nos acampamentos, nas residências locadas, em bares ou mesmo nas áreas públicas, especialmente nos dias *shows*. Em 3 dos 5 supermercados pesquisados, os entrevistados declararam um aumento das vendas de 100%, especialmente de bebidas, alimentos e material de

limpeza e higiene. O setor de vestuários e acessórios para banho e praia também registrou aumento significativo nas vendas.

Em cada um desses setores, constatamos alto gradiente de informalidade e diferentes estratégias de apropriação dos espaços públicos. Durante a pesquisa de campo, verificamos reclamações dos comerciantes com estabelecimentos formalizados em relação ao comércio informal. Segundo argumentações dos primeiros, as expectativas e “aumento” de vendas são frustradas em função, inclusive, dos comerciantes exógenos – de outros municípios e até mesmo outros estados, como São Paulo.



Figura 08 – Traços do comércio informal no centro urbano de Aruanã, 2013.

Ainda em relação à informalidade, do ponto de vista espacial, os *ambulantes* concentram-se na área central. As calçadas são ocupadas por barracas que vendem bebidas, alimentos, sorvetes etc. A paisagem denuncia, ao mesmo tempo, o movimento comparável aos centros urbanos de cidades mais populosas e, por outro, um grau de informalidade que é resultado da forma de organização da atividade turística e da pouca regulação por parte do poder municipal.

Em relação aos tipos de comércio formais ligados diretamente ao turismo local, verificamos durante a pesquisa a existência de apenas uma loja especializada em pesca. É possível pensar em duas possibilidades a partir dessa informação: a primeira é que a pesca talvez não seja o principal atrativo turístico do município, especialmente no

momento de ocorrência da “lei de cota zero”<sup>6</sup>. Muitos turistas que acampam, por exemplo, declararam não dedicar tempo à pesca. A outra possibilidade é que parte do consumo (iscas, anzóis, varas, molinetes, linhas etc.) ocorra nas lojas especializadas de Goiânia. Desse modo, fica evidente que mesmo que o turismo não constitua uma fonte de receitas públicas municipais existe, de uma maneira ou outra, consumo por parte do turista que intensifica o fluxo interno de renda.

Em relação aos serviços, tal quais os municípios com perfil demográfico semelhante, registramos a presença de 1 (uma) agência bancária, 1 (um) hospital, 1 (um) posto médico, 1 (uma) lotérica e (Goiás, 2013). Assim como o comércio, os serviços também sofrem alterações no período da temporada, em dois sentidos, especialmente. O primeiro é o aumento da demanda dos serviços já existente e o segundo é o surgimento de outros serviços cuja característica é a sazonalidade.

No centro urbano, algumas áreas se destacam por sua utilização como estacionamento, utilizados em época de alta temporada, com valores de diária e/ou pernoite comparados aos registrados na capital. Também é comum, nas margens do rio Araguaia, serviços especializados para guarda/estacionamento de lanchas e barcos. Sobre este serviço, registramos um estacionamento, pertencente a uma das associações de barqueiros, que cobrou no mês de referência R\$ 10,00 a diária por uma lancha de aproximadamente 6 metros de comprimento. Esse segmento também é caracterizado pela informalidade. Os serviços de guias são mais frequentes, especialmente para atividades ligadas à pesca.

Mas, nada se compara a movimentação dos serviços de barcos. Registramos quatro associações de barqueiros no município (ABA – Associação dos Barqueiros de Aruanã, ASPEGA – Associação de Pescadores e Guias de Aruanã, ABGERA – Associação dos Barqueiros e Guias do Encontro dos Rios e ARCA - Associação dos Ribeirinhos e Canoeiros de Aruanã). O deslocamento para as áreas de praia e acampamentos pode ser feito a partir de transporte particular, como lanchas e barcos ou pela locação. Na Associação dos Barqueiros de Aruanã o custo médio para o transporte para as áreas de praia, em julho de 2013, foi de R\$ 20,00 por pessoa. Uma diária na temporada 2013 foi R\$ 200,00 reais, podendo chegar ao valor acima de R\$ 300,00 reais, considerando o acréscimo do combustível. O total de barqueiros em 3 das

---

<sup>6</sup> A instrução normativa nº 0002/2013 sob os termos do Art. 40 da Constituição Estadual do Estado de Goiás de 3 de abril de 2013, em suma, “dispõe sobre a cota zero de transporte para pesca no estado de Goiás”. Para maiores informações consultar: <[http://www.semarhtemplate.go.gov.br/uploads/files/legislacao\\_semarh/instrucoes\\_normativas/instrucao\\_normativa.pdf](http://www.semarhtemplate.go.gov.br/uploads/files/legislacao_semarh/instrucoes_normativas/instrucao_normativa.pdf)>. Acesso em 20/11/2013.

4 associações foi de 300, o que exemplifica o fluxo de renda demandado para esse serviço.

No caso dos serviços de barqueiros, segundo informações coletadas nas entrevistas, 8% dos valores dos serviços são destinados para as associações, não havendo repasses para o governo municipal. Nesse sentido, o setor é responsável, diretamente, pelo fluxo de renda e, conseqüentemente, pelo aumento do consumo de combustível, fato que se alia ao aumento acima de 100% das vendas do posto de combustível do centro da cidade, como registrado em pesquisa.



Figura 09 – Serviço de transporte fluvial (barqueiros) e coleta de lixo, Aruanã, 2013.

É importante diferenciar, em relação à demanda, os serviços públicos, especialmente ligados à limpeza urbana e coleta de lixo. No caso da coleta, além da área urbana, é necessário o recolhimento diário do lixo nos acampamentos. Esse serviço resulta em maior gasto por parte do governo municipal, com materiais e equipamentos e funcionários. Dessa forma, seria possível justificar a necessidade de taxar os acampamentos, por norma estabelecida pelo Código Tributário Municipal, cujo valor poderia ser revertido para mitigar os impactos ambientais da atividade turística no rio Araguaia.

É inegável que o setor de comércio e serviços impacta na economia de Aruanã no período de temporada. Contudo, esse impacto guarda mais relação com o fluxo de

renda do que com as finanças municipais. A não tributação de alguns serviços relacionados ao turismo e essenciais para que a atividade ocorra, haja vista o caso do transporte fluvial (barqueiros) e a informalidade no comércio presente no período, evidenciam essa realidade.

*c) Meios de hospedagem*<sup>7</sup>

No período de temporada, a oferta dos meios de hospedagem em Aruanã é distribuída entre hotéis, pousadas, residências para locação e, principalmente, acampamentos. Todos esses tipos de hospedagem apresentam, como marca comum, a sazonalidade na ocupação demarcada pela temporada do rio Araguaia, momento da baixa das águas e das férias escolares de Goiânia, principal polo emissor de turistas para o município.

*Hotéis e pousadas*

Não há estudos precisos sobre o número de leitos disponíveis no município de Aruanã. A dificuldade de encontrar dados resulta das características intermitentes da atividade turística que interfere de modo sistemático nas taxas de ocupação. Essa situação é uma das questões responsáveis pela diversidade de infraestrutura da oferta hoteleira. É possível encontrar áreas de chalés ligadas às associações e sindicatos, hotéis com variação expressiva de leitos, pequenas pousadas, pensões e alojamentos.

A amostra da pesquisa foi composta de 21 estabelecimentos, correspondendo a uma oferta informada de 608 leitos. Essa amostra nos parece significativa, considerando, por exemplo, a informação de que o município dispunha, em 2013, de 46 meios de hospedagem e 1.941 leitos.<sup>8</sup> Os estabelecimentos pesquisados informaram um total de 147 funcionários, sendo 96 permanentes e 51 temporários. Os entrevistados atestaram que 9 dos 21 estabelecimentos empregavam até 3 funcionários e outros 11 estabelecimentos empregavam entre 4 e 8 funcionários. Os estabelecimentos que agrupam o maior número de funcionários são aqueles vinculados às associações e sindicatos, a exemplo do SESI Aruanã. Segundo informações da administração, o

---

<sup>7</sup> De maneira geral, o alojamento turístico é compreendido como estabelecimento que oferece lugares de forma coletiva ou privada para o pernoite. Nessa definição inclui-se tanto a oferta regular quanto a oferta ocasional, enquadrando uma série de estabelecimentos, tais como: hotéis, apart-hotéis, motéis, pensões, albergues, residências secundárias, acampamentos etc. Para uma melhor caracterização, consultar: [http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco\\_academico/glossario/detalhe/A.html](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/A.html). Acesso em 08/06/2013.

<sup>8</sup> Informação obtida em entrevista concedida pela Secretária Municipal de Turismo, relativa ao levantamento realizado no mês de abril de 2013 (CORREA, 2013).

referido estabelecimento contabilizava, na temporada, 70 funcionários, sendo 48 permanentes e 22 temporários. É interessante registrar que, no caso das associações, parte dos funcionários permanentes foram deslocados de Goiânia.

O número baixo de empregados formalizados no município também é influenciado pela participação do trabalho familiar nos hotéis e pousadas. Há relatos, por exemplo, de pousadas que abrem apenas nos períodos de temporada já que, na argumentação dos proprietários, o custeio (manutenção e pagamento de um funcionário durante o ano) inviabiliza o funcionalmente regular do estabelecimento.



Figura 10 – Diferença de infraestrutura do setor hoteleiro pode ser observada a partir da visualização das fachadas dos estabelecimentos, Aruanã, 2013.

Considerando a ocupação, como é previsível, o mês de julho é aquele de maior lotação. Em 19 dos 21 estabelecimentos pesquisados, os entrevistados declararam ocupação acima de 90% no mês de julho. Em hotéis, como o Sesi Aruanã, que possui 66 apartamento e 232 leitos (SESI, 2013), o grau de ocupação chegou a 100% em julho. Os meses com menores registros, com predominância de ocupação abaixo de 20%, foram novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. O movimento fora de período da temporada é influenciado pelo calendário de festas (aniversário do município, carnaval e réveillon), e a pesca, após o período da piracema.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Encontramos referências, especialmente entre os ambulantes e frequentadores, que a presença em Aruanã está condicionada ao término da Romaria do Divino Pai Eterno, realizada até a segunda semana de julho, no município de Trindade. Outro marco da temporada é a Caminhada Ecológica. Nesse ano teve duração de 5 dias, com partida de Goiânia e chegada em Aruanã. Essas informações exemplificam a simbiose entre o calendário turístico do estado de Goiás.

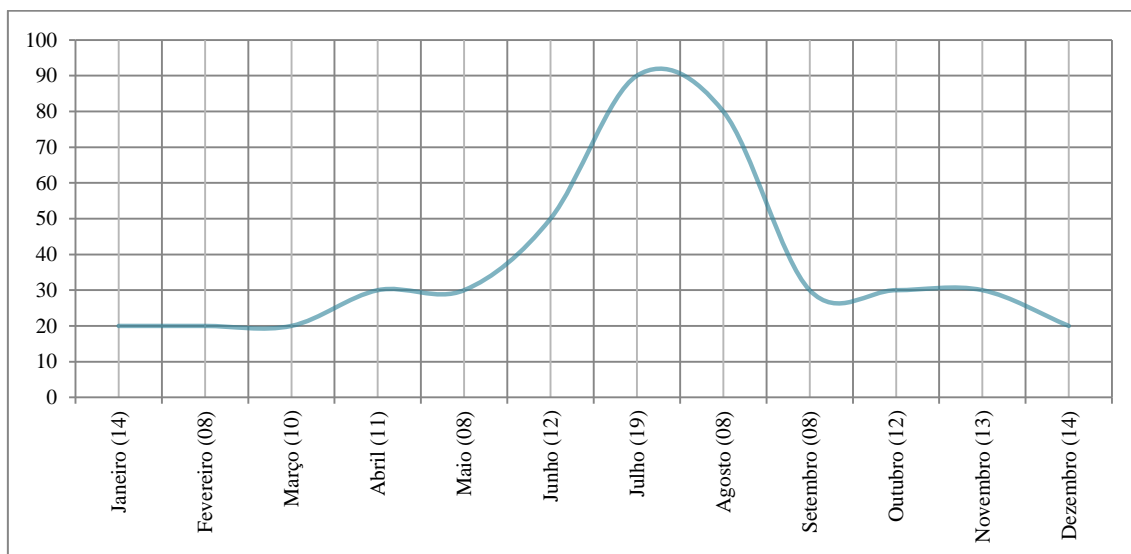


Figura 11 - Grau de ocupação de hotéis e pousadas da amostra, por porcentagem de lotação e maior número ocorrência (em parênteses), Aruanã, 2013.

Também investigamos os valores médios das diárias no período da pesquisa. Nos 21 estabelecimentos pesquisados, os valores médios das diárias estavam entre R\$ 70,00 e R\$ 540,00. Em todos os estabelecimentos pesquisados foram registrados os maiores valores no mês de julho. A diferença no valor das diárias, no mesmo estabelecimento, chegou a 280%, e entre os maiores valores nos estabelecimentos registrou um acréscimo de 330%. A variação do valor guarda relação com a infraestrutura – o que inclui os alojamentos e as áreas de lazer com piscina –, bem como a demanda no período de temporada, quando registramos os maiores valores médios.

#### *Locação de residências*

Definir um perfil dos domicílios para locação não é fácil, dado que esse tipo de relação contratual é caracterizado pela informalidade. Além disso, em muitas localidades, o regime de locação guarda relação não apenas com os domicílios particulares de uso ocasional, mas também com os domicílios particulares ocupados, já que é comum que alguns proprietários disponham seu domicílio particular ocupado para o mercado de locação.<sup>10</sup>

<sup>10</sup>. “Domicílio de uso ocasional - É o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (Brasil, 2010).

A figura 12 especifica o quadro dos domicílios no município de Aruanã. Os domicílios de uso ocasional e os domicílios vagos, aqueles mais propícios para locação, agrupam 33,32% dos domicílios particulares dos municípios. Do total de domicílios ocasionais e vagos, 25,93% localizam-se na área rural, muitos dos quais em condomínios e/ou residências próximas ao rio Araguaia.

Total de domicílios particulares	Domicílio particular Ocupado	% em relação ao total	Domicílios de uso ocasional	% em relação ao total	Domicílios vagos	% em relação ao total
3.622	2.415	66,67	907	25,04	300	8,28

Figura 12 - Tipos de domicílios no município de Aruanã, 2010.  
Fonte: Brasil (2010).

Para procedermos a uma análise prévia da oferta de locação, adotamos como estratégia um levantamento sistemático, durante o mês de julho, dos domicílios disponíveis para locação em sites e anúncios em jornais que circulam em Goiânia. Averiguamos, a partir dessas consultas, as características dos domicílios, o valor da locação e a centralização da renda, por meio da informação sobre residência principal dos proprietários. Das 20 residências para locação pesquisadas, 18 são casas e outras 02 foram caracterizadas como *chácaras* pelos proprietários. Dessas 20 residências, 08 possuem 3 quartos, 06 acima de 03 quartos e 02 acima de 02 quartos. Todas as residências são locadas com mobília completa. Das 20 residências pesquisadas, apenas 03 não possuíam piscina, elemento de destaque na valorização da locação.





Considerando a localização, o mais comum é que as residências estejam localizadas nas proximidades do rio Araguaia, com destacada facilidade de acesso. O bairro com maior incidência na amostra foi o Encontro dos Rios, conhecido pela confluência do rio Vermelho com o rio Araguaia. Encontramos variação de R\$ 400,00 até R\$ 5.000 na locação por um período de uma semana, durante a temporada.

A informalidade está presente nesse tipo de atividade, dado que não há nenhum tipo de taxa municipal desse serviço. O fato é que a possibilidade dos alugueis, como meios de hospedagem alternativos, não impactam nas receitas públicas municipais, devido à falta de uma política de tributação. A renda é centralizada em Goiânia, local de predominância de proprietários e/ou da gestão dos alugueis. Entretanto, é necessário assinalar o impacto do mercado de locação nos bens de consumo, especialmente alimentação, além de um pequeno gradiente de incremento do emprego, especialmente manutenção e limpeza das residências para locação.

#### *Acampamentos*

Os acampamentos são elementos de destaque na paisagem do rio Araguaia, especialmente na faixa que corresponde aos municípios de Britânia, Aruanã e São Miguel do Araguaia. Distantes de representarem estruturas arcaicas, os acampamentos são compreendidos como uma possibilidade de alojamento turístico, uma vez que

abrigam parte considerável dos turistas que visitam Aruanã. Os acampamentos localizam-se nas praias que podem, por sua vez, abrigar vários acampamentos que brotam na areia a partir de uma lógica aparentemente espontânea, mas que esconde, na realidade, um processo de demarcação, apropriação e mercantilização dos espaços públicos.<sup>11</sup> Como destaca Ramos (2011, p. 76),

---

<sup>11</sup> O “Código de Águas” nº 24.643/1934, em seu artigo 29, decreta que as águas públicas pertencem a União quando sirvam de limites entre dois ou mais Estados e quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Estados. A Constituição Federal de 1988 delegou competência à União para instituir o sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos e definir critérios de concessão de outorga e, estabeleceu como bens da União os rios que banhem mais de um Estado, em seu capítulo 2, artigo 20, inciso III (BRASIL, 1988). A legislação sobre as águas foi atualizada pela “Lei das Águas” – nº 9.433/97, instituindo a nova Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) –, em que estabelece a descentralizada da gestão e a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da PNRH (BRASIL, 1997). Essa lei prevê a articulação da União com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, como é o caso do rio Araguaia.

Os acampamentos no rio Araguaia começam a se estruturar anualmente, ainda em meados do mês de maio, quando o rio começa a baixar suas águas dando início ao surgimento das praias, ou ao 'coroamento' nos dizeres dos ribeirinhos, pescadores e acampantes.

Há acampamentos intermitentes, ou seja, que resultam de uma apropriação das praias por um curto período, enquanto que outros, devido à infraestrutura mais onerosa e lucrativa, permanecem durante toda a temporada. De qualquer modo, a tarefa de identificar uma tipologia para acampamentos não é fácil. Ramos (2011) classifica os acampamentos a partir da infraestrutura, apontando uma tipologia que engloba *Acampamentos rústicos*, *Acampamentos de conforto médio e altos e estrutura rústica e Acampamentos de superestrutura e conforto*. Essa percepção é correta, já que, como meio de hospedagem, os acampamentos atendem um público cada vez mais seccionado, o que demanda uma maior mobilização de infraestrutura.

Em nossa pesquisa, identificamos pelos menos três tipos principais de acampamentos: *a)* aqueles de associações, de tamanhos diferentes, tradicionais na oferta desse tipo de meio de hospedagem; *b)* aqueles que resultam de decisões familiares, com áreas alugadas com frequência a cada ano e infraestrutura diversificada; *c)* acampamentos avulsos, com grupos reduzidos e com pouca infraestrutura de lazer e serviços restritos ao núcleo familiar e/ou amigos. A compreensão dessas diferenciações é importante para determinar a dimensão do processo, o perfil dos ocupantes e os possíveis impactos na economia municipal.

Entre os elementos mais comuns na montagem do acampamento, identificamos: o rancho coletivo de palha e/ou madeira, os banheiros com distribuição de água encanada e eletricidade a partir da geração com motor a diesel. Esses três elementos, a depender do acampamento, mudam em dimensões e grau de conforto. Há acampamentos, por exemplo, que utilizam geradores de grande potência, como é o caso da APCEF-GO (Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal). Também existem acampamentos com TV a Cabo, ar condicionado e amplas áreas de lazer com acesso restrito.

Foram aplicados 60 questionários nos acampamentos, sendo 22 a montante e 38 a jusante, sendo percorridos, a partir do centro urbano de Aruanã, 15 km e 20,7 km, respectivamente, o que pode ser verificado na figura 14. Nesses acampamentos foi informado a presença de 2.108 integrantes, aproximadamente, alojados em barracas, suítes de madeira e/ou palha e ranchos coletivos. Trata-se, é preciso advertir, de um

---

retrato parcial, pois é comum, durante a temporada, uma mesma praia ou um mesmo rancho ser locado para diferentes famílias, uma vez que a predominância de permanência, a considerar a amostra, é de até duas semanas, como indica a figura 15.

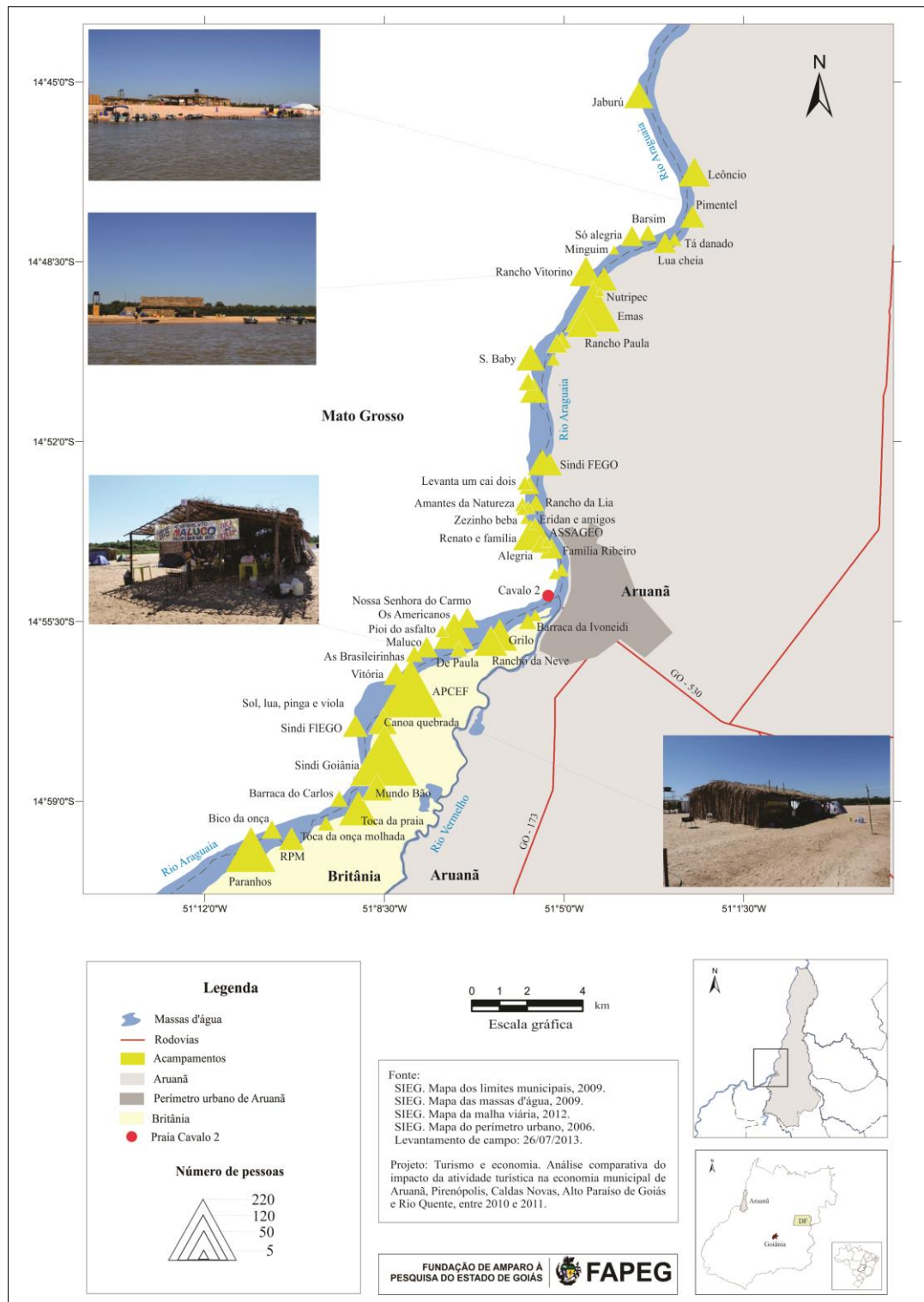


Figura 14 – Distribuição espacial dos acampamentos pesquisados em 26/07/13.

Do total de acampamentos, 74% informaram que os integrantes originaram-se de Goiânia, estando os demais distribuídos entre os municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia e municípios próximos de Aruanã, como São Miguel do Araguaia, Nova

Crixás, Crixás, Goiás, Itaberaí etc. Essa informação, com pouca variação, se aproxima de outros diagnósticos, como podemos verificar em Tavares e Magalhães (2011).

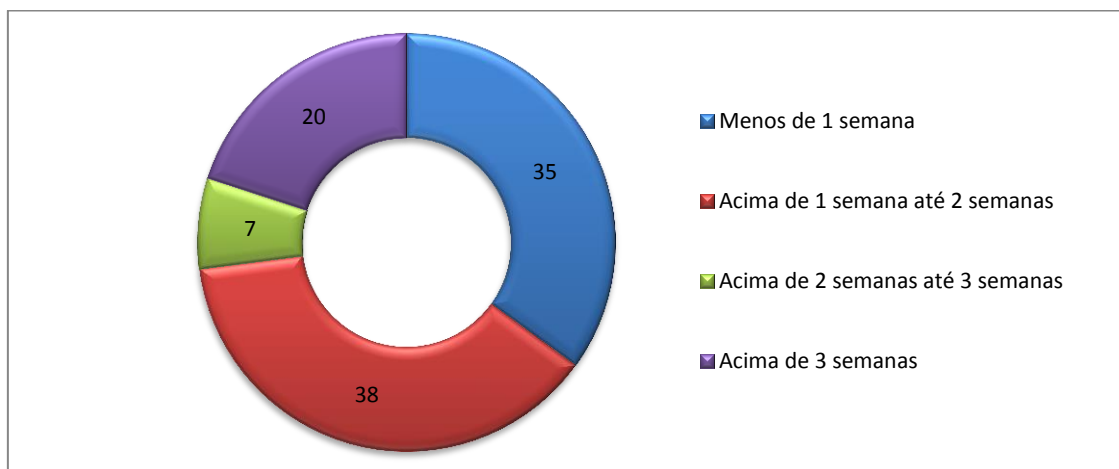


Figura 15 - Percentual do tempo de permanência da amostra nos acampamentos em Aruanã (2013).

Outra questão pesquisada referiu-se ao total de gastos diários nos acampamentos. A determinação desse valor depende de algumas variáveis, uma vez que nesses gastos podem estar incluídos, além do consumo diário, aqueles com a locação dos ranchos ou mesmo com a montagem do acampamento familiar, que geralmente é dividido entre os membros do acampamento. Constatamos que o consumo em outros municípios concentrou-se nos grupos de produtos como bebidas, higiene e limpeza. Interessante que em nenhum dos produtos ocorreu maior referência ao consumo no município de Aruanã. Com muita frequência, os acampantes informaram a prática de realizar as compras para a temporada nos grandes atacadistas de Goiânia, ficando o consumo no município para o segundo plano.

Produtos	Número de ocorrências nos acampamentos por local de aquisição dos bens de consumo		
	Aruanã	Parcialmente em Aruanã	Em outros municípios
Alimentos	09	31	20
Bebidas	13	23	24
Higiene	11	19	30
Limpeza	11	19	30

Figura 16 - Informações sobre consumo nos acampamentos pesquisados, Aruanã (2013).

No caso dos acampamentos de associações, os gastos são pagos de forma adiantada e centralizados, especialmente, em Goiânia. A observação do informe do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Goiânia ilustra essa discussão. O acampamento, um dos mais tradicionais de Aruanã, colocou a disposição ducha,

toallete, rancho, bar, restaurante e uma ampla programação de lazer. Para 2013, os valores foram divididos em três grupos, incluindo pacotes com transporte e sem transporte. A diária para associado, na temporada 2013, foi de R\$ 130,00 e para usuário R\$ 230,00. O pagamento dos pacotes é centralizado em Goiânia. Conforme informações, em 2013, o acampamento recebeu aproximadamente 2.000 pessoas, sendo 500 provenientes de excursões. A capacidade diária do acampamento é para 200 pessoas, acomodadas em 50 ranchos (Sindigoíânia, 2013).

Considerando a infraestrutura, observamos uma diferenciação na medida em que os acampamentos se distanciam do núcleo central de Aruanã. Isso se explica pelo poder aquisitivo dos acampantes, traduzido na utilização de infraestrutura de locomoção, como barcos e lanchas, afinal deslocar-se no rio tem um preço, como descrito na parte de caracterização do comércio. Nos acampamentos localizados a jusante, por exemplo, registramos a presença mais frequente de barcos, lanchas e *jet ski*. Mais comuns são as barracas e ranchos de madeira, com presença, especialmente, de energia elétrica (movidada por motor a diesel) e banheiros.

Essa percepção é confirmada quando observamos um setor de comercialização dos acampamentos, o que implica em discutir o processo de apropriação e mercantilização das áreas de praias. Um anúncio em um conhecido site comercial, publicado em maio de 2013, é ilustrativo desse exemplo:

#### VENDE-SE ACAMPAMENTO COM SITE

Acampamento Hotel de Praia, montado sempre no Rio Araguaia na praia do cavalo próximo à Aruanã. Ha 19 anos com grande clientela formada, funciona de Julho a Setembro onde servimos café da manhã, almoço, jantar, e para dormir cabanas devidamente forradas, com camas de tubos e metalon, colchões de espuma 12 cm, lençóis e travesseiros, 10 banheiros social. Cozinha completa para mais de 500 refeições, self-service. Aparelhagem de som grande, tendas etc. Vai junto um site.

O valor inicial da pedida é R\$ 70.000,00. Mas esse não é o único tipo de comercialização, pois o mais frequente são as locações de ranchos, monopolizadas pela comunidade local. Esse tipo de prática ilustra, ao mesmo tempo, a falta de regulação do poder executivo municipal e também a demarcação, apropriação e controle de um espaço público caracterizado como patrimônio ambiental.

## CONCLUSÕES

Ao observar as informações sobre o município de Aruanã, comparando-as com municípios de perfil demográfico semelhante, encontramos poucas evidências do impacto da atividade turística nas receitas públicas municipais. Em 2013, as receitas tributárias representaram 9,24% do total das receitas, valor que encontrou pouca variação, mesmo nos meses de junho, julho e agosto. É oportuno, portanto, sintetizar algumas questões que resultam da correlação entre as atividades pesquisadas e as receitas públicas municipais:

- É irrefutável que a atividade turística em Aruanã gera fluxo interno de renda. Por fluxo interno de renda, queremos salientar a movimentação dos setores de comércio e serviços, que pode ser dimensionada pelo acionamento dos meios de hospedagem, pela ampliação de serviços (barqueiros, guias, aluguel de lanchas, serviços de lazer, estacionamentos etc.), como também pelo aumento do consumo de alimentos, combustíveis, bebidas etc. Esse fluxo de renda, no entanto, apresenta um impacto reduzido para as receitas públicas municipais, fator que se explica pela informalidade presente nas atividades e pela pouca exploração das possibilidades de tributação municipal. Um exemplo ilustrativo é a falta de uma política específica para tributação dos acampamentos, segmento que concentra parte significativa dos turistas e também gera demandas por serviços públicos, como a coleta de lixo, além dos passivos ambientais de difícil contabilização.
- Comparando a variação mensal do IPTU, do ITBI e o ISSQN, notamos que esse último foi o de menor impacto na economia e, ao mesmo tempo, de maior variação mensal, com 2,9 % concentrado nos meses de setembro e dezembro. Esse valor, que precisa ser discriminado por tipo de atividade contributiva, tem relação com o turismo, mas também com o calendário de obras de infraestrutura realizadas no município, o que gera maior recolhimento. O fato é que, considerando o fluxo de turistas e as taxas de ocupação dos meios de hospedagem, as receitas provenientes dos serviços poderiam ser mais significativas.
- O tipo de organização da atividade turística também, na escala regional, implica em algum gradiente de drenagem de renda e controle fundiário operada a partir do município de Goiânia. A drenagem de renda pode ser exemplificada pela

aquisição de mercadorias nos atacadistas da capital, como registrado nos acampamentos, assim como na centralização de parte da renda dos alugueiros cujos proprietários residem em Goiânia. O controle fundiário pode ser exemplificado no fato de o município de Aruanã possuir, em 2010, 907 domicílios de uso ocasional. Parcela significativa dos proprietários reside em Goiânia, fato que resulta em pouca participação nas questões locais municipais e pouca utilização da infraestrutura presente no município.

- O período da temporada implica em aumento nas despesas públicas municipais. Muito embora parte dos recursos para *shows* e outras atividades sejam resultado de convênios com o Governo do Estado de Goiás, é inegável que haja aumento de despesas que podem ser divididas em dois grupos: aquelas ligadas à manutenção da infraestrutura urbana e coleta de lixo nos acampamentos e aquelas ligadas, exclusivamente, ao calendário de eventos. Observando os empenhos do Poder Executivo Municipal, encontramos valores que vão de R\$ 32.000,00 até R\$ 832.000,00 reais, valor registrado para 8 shows para a temporada de 2013. Os 12 empenhos registrados entre 03/07/2013 e 15/04/2013 totalizaram o valor de R\$ 1.428.530,00. Entre outros gastos, existem despesas com hotelaria, sistemas de iluminação, locação de geradores, abastecimentos de camarins, segurança, etc. É fácil notar que, independente das transferências do Governo Estadual, o total dos empenhos em julho é maior que a receitas públicas municipais no mesmo mês julho, que foi de R\$ 1.092.322,26 (TCM, 2013).

Enfim, um dado importante, que precisa ser considerado no horizonte de qualquer discussão sobre o turismo e as receitas públicas municipais, refere-se à cultura localista. Em Goiás, os chamados municípios com características do turismo são, geralmente, municípios com baixa população, o que pode caracterizar, para lembrar Abrucio & Couto (1996), certa dificuldade na aplicação dos impostos e tributos de base municipal. É inegável que a atividade turística, dado sua capilaridade, movimenta a economia dos municípios, funcionando, dados a rede de consumo e trabalho, como um distribuidor de renda para os diferentes grupos de atores sociais. No entanto, é necessário, para garantir sustentabilidade da atividade turística, pensar os impactos ambientais, sociais e tributários para os municípios. Um desafio que se coloca, portanto,



é como conciliar uma política de tributação que possa reverberar para a coletividade dos atores sociais, o que passa, necessariamente, por maior regulação da atividade por parte dos governos municipais.

---

**Impact of tourism activities in municipal public revenues: the case of Aruanã - Goiás (Brazil)**

**Abstract:** It is common to associate the performance of municipal public revenues to the type of economic activities developed in the municipality, example which applies to those with a touristic profile. In the case of Aruanã, as revealed on the research, this perspective was not proved for two reasons in special: the first is the high informality which involves the activity and the second is the absence of taxes instruments to favor the raising of the revenues.

**Keywords:** Public revenues, tourism, informality.

---

## REFERENCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. *O impasse da federação brasileira: o cenário político-financeiro e as suas consequências para o processo de descentralização*. Cadernos Cedec n.58, São Paulo: Cedec, 1996, 37 p.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura - invenção e construção do objeto turístico. In: ESPAÇO ABERTO 3 – TURISMO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. AGB, Seção Fortaleza-CE, v. 03, p. 17-30, 1998.
- ARUANÃ. Código tributário municipal de Aruanã. Lei n°. 194 de 23 de dezembro de 2009. Aruanã, Goiás: Câmara Municipal, 2009.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. 155 p.
- BRASIL - MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – Aruanã. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php)>. Acesso em: 15 Out. 2013.
- BRASIL. *Código de Águas, 1934*. Decreto do Executivo n° 24.643 de 10/07/1934. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d24643.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm)>. Acesso em: 02 Nov. 2013.
- BRASIL. *Constituição, 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em: 02 Nov. 2013.
- BRASIL. IBGE. *Censo demográfico – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico* – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico* – 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico* – 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico 2010* – educação e deslocamento. Resultado da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BRASIL. IBGE. *Pesquisa Pecuária Municipal – 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. *Lei das Águas, 1997*. Lei nº 9.433, de 08/01/1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm)>. Acesso em: 02 Nov. 2013.

BREMAEKER, François E. J. *As receitas tributárias municipais em 2011*. Salvador: Associação Transparência Municipal, ATM-TEC, 2013 (Estudo Técnico, 237). 38 p.

CARVALHO, Gisélia Lima. Perfil do pessoal empregado formalmente no subsetor de hospedagem nos municípios de Caldas Novas, Goiânia, Pirenópolis e Rio Quente. *Ateliê Geográfico*, v. 6, n. 1, p. 72-91, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/18762>>. Acesso em: 05 Set. 2013.

CORRÊA, B. V. Impacto da atividade turística nas receitas públicas municipais: o caso de Aruanã – Goiás: entrevista. Entrevista concedida, por e-mail, ao grupo de pesquisa. Aruanã (Setembro), 2013.

GOIÁS. IMB – Banco de dados estatísticos de Goiás. Consulta de serviços existentes em Aruanã. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/bde/>>. Acesso em: 08 Out. 2013.

GOIÁS. TCM. Portal do cidadão – receitas. Disponível em: <<https://www.tcm.go.gov.br/portaldocidadao/index.jsf;jsessionid=46F44FB78FBB6C4DDB22938F1E7AD21C>>. Acesso entre 20/05 a 20/11/2013.

IPTUR-GOIÁS. Boletim de Dados do Turismo de Goiás. Edição número 04, 2012. Disponível em: <[http://www.pirenopolis.go.gov.br/baixar/pesquisa\\_boletim\\_dados\\_do\\_turismo\\_4\\_observatorio.pdf](http://www.pirenopolis.go.gov.br/baixar/pesquisa_boletim_dados_do_turismo_4_observatorio.pdf)>. Acesso em: 08 Out. 2013.

RAMOS, Marina Jaime. Romaria das águas: ambiente, afeto e representações nas praias do rio Araguaia/GO. *Tese de doutorado*. Goiânia: IESA/UFG, 2013.

REZENDE, Fernando. *Finanças públicas*. 2ª Edição, São Paulo: Atlas, 2012.

TAVARES, Lorraine Vilela.; MAGALHÃES, Surama B. C. Análise do perfil do turista que visita o município de Aruanã: um novo olhar sobre a demanda turística local. *Monografia*. Goiânia. IFG: 2011.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, p. 11-45, 2002.

## FONTES DIGITAIS

<http://aruana.olx.com.br/vende-se-acampamento-com-site-iid-510334225>. Acesso em 15/09/2013.

[http://ohoje.hospedagemdesites.ws/homologacao\\_20052013/cidades/temporada-para-600-mil-visitantes/](http://ohoje.hospedagemdesites.ws/homologacao_20052013/cidades/temporada-para-600-mil-visitantes/). Acesso em 18/10/2013.

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=22&uf=52>. Acesso em 18/10/2013.

[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco\\_academico/glossario/detalhe/A.htm](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/A.htm). Acesso em 16/09/2013.

<http://www.goiasturismo.go.gov.br/br/component/content/article/36-cidades/103-aruana.html>. Acesso em 20/09/2013.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=520250&search=goias|aruana>. Acesso em: 02/09/2013.

<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/?go=1&url=6335e8fc531601680ab71b5977782f050a0404da&idPub=108>. Acesso em 08/06/2013.

[http://www.semarh.template.go.gov.br/uploads/files/legislacao\\_semarh/instrucoes\\_normativas/instrucao\\_normativa.pdf](http://www.semarh.template.go.gov.br/uploads/files/legislacao_semarh/instrucoes_normativas/instrucao_normativa.pdf). Acesso em 23/10/2013.

<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/GoDados/2004/dados/05-tourism.htm>. Acesso em 31/10/2013

[http://www.sesiaruana.com.br/sesiaruana/site/Institucional.do?vo.chave=institucional\\_apartamentos&codeBtn=3](http://www.sesiaruana.com.br/sesiaruana/site/Institucional.do?vo.chave=institucional_apartamentos&codeBtn=3). Acesso em 25/09/2013.

<http://www.sindigoiania.com.br/lazer/temporada-araguaia-2013>. Acesso em 20/09/2013

---

## SOBRE OS AUTORES

TADEU ALENCAR ARRAIS. Doutor em Geografia pela UFF. Professor Adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

BRUNO CARNEIRO DE OLIVEIRA. Graduando em Geografia, modalidade Bacharelado, pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. É bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ONOFRE AURÉLIO NETO. Graduado em Geografia pela da Universidade Federal de Goiás. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da mesma universidade.

---

Recebido para avaliação em 02 de Novembro de 2013

Aceito para publicação em 10 de Dezembro de 2013